



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO N° : 00222.000320/2008-11
UNIDADE AUDITADA : TRENSURB
CÓDIGO UG : 275060
CIDADE : PORTO ALEGRE
RELATÓRIO N° : 208652
UCI EXECUTORA : 170189

Senhor Chefe da CGU-Regional/RS,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 208652, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pela **EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A.**

I - ESCOPO DOS EXAMES

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 09Abr2008 a 30Abr2008, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames, que contemplaram os seguintes itens:

- AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS
- QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES
- TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS
- REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS
- REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
- ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
- CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU
- RECURSOS EXTERNOS/ORGANISMOS INTERNACIONAIS
- ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA
- SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Os exames realizados resultaram na identificação das constatações listadas detalhadamente no Anexo-"Demonstrativo das Constatações" e que dão suporte às análises constantes neste Relatório de Auditoria.

4. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-47/2004, 54/2007 e pelas DN-TCU-85/2007 e 88/2007, Anexo XI.

5. Em acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN-TCU-85/2007, e em face dos exames realizados, cujos resultados estão consignados no Anexo-"Demonstrativo das Constatações", efetuamos as seguintes análises:

5.1 AVAL. DOS RESULTADOS QUANT. E QUALITATIVOS

As metas físicas e financeiras da Trensurb, conforme previsão na Lei Orçamentária Anual, constam às fls. 26 a 40 do presente Processo nº 00222.000320/2008-11, sendo que das 11 ações, uma é operação especial voltada ao pagamento de sentenças judiciais, duas são ações administrativas sem metas físicas relacionadas, seis (dentre as quais uma não tem meta física relacionada) referem-se diretamente à gestão de recursos humanos da Empresa, e apenas duas são voltadas à área operacional, sendo que uma refere-se à modernização do sistema e a outra, ao funcionamento propriamente dito do sistema de transporte ferroviário urbano de passageiros.

A seguir são demonstradas as metas programadas para o exercício 2007 e os resultados obtidos no exercício:

Programa 1295 - Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

Ação 0110 - Contribuição à Previdência Privada.

A meta desta ação é meramente administrativa, conforme demonstrado no quadro apresentado a seguir, tendo sido cumpridas as obrigações previstas pela Unidade referentes à contribuição à previdência privada.

Indicador ou Medida	Exercício 2007		Exercício 2007		Exercício 2006	
	Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)
-	-	1.981.717,00	-	1.781.717,00		1.713.278,61

Ação 2004 - Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes.

Verificamos, conforme demonstrado a seguir, que a unidade da meta

física prevista é o número de pessoas beneficiadas (3.490). No entanto, a meta física realizada foi informada com base no número de atendimentos realizados (1.287), não sendo possível verificar o número efetivo de pessoas beneficiadas pela assistência médica e odontológica oferecida pela Trensurb.

Indicador ou Medida	Exercício 2007		Exercício 2007		Exercício 2006	
	Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)
Pessoa beneficiada (unidade)	3.490	4.092.352,00	1.287	4.092.352,0	1.640	3.720.320,00

A Trensurb informou o que segue: "Realmente foi previsto pela área responsável (SEBES) o número de 3.490, que está baseado no total de possíveis pessoas beneficiadas (que fazem jus ao benefício - empregados e seus dependentes). Em 2007 o número de 1.287 pessoas utilizaram o serviço oferecido pela empresa (uma ou mais vezes), conforme consta na página 21 do Relatório de Gestão 2007. É importante observar que nem todos os possíveis beneficiários necessitaram de atendimento, e outros utilizaram mais de uma vez. Há uma inconsistência em relação ao conceito 'pessoas beneficiadas' e 'pessoas que efetivamente utilizaram o benefício'".

Logo, a meta foi superestimada, com base no número total de beneficiários em potencial. No entanto, o atendimento depende de demanda do beneficiário, o que demonstra que o indicador não está adequado para avaliar o cumprimento das metas.

Ação 2010 - Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados.

Esta meta é meramente administrativa, sendo que o número de dependentes que permitem o pagamento do benefício aos empregados é relativamente previsível, de forma que se percebe que a meta foi superestimada.

Indicador ou Medida	Exercício 2007		Exercício 2007		Exercício 2006	
	Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)
Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade)	210	449.064,00	169	369.064,00	177	367.949,50

Ação 2011 - Auxílio transporte aos servidores e empregados.

A meta é meramente administrativa, sendo que o número de empregados beneficiados é previsível, de forma que se percebe

que a meta foi superestimada.

Indicador ou Medida	Exercício 2007		Exercício 2007		Exercício 2006	
	Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)
Servidor beneficiado (unidade)	1070	838.115,00	574	520.000,00	565	489.299,73

Ação 2012 - Auxílio alimentação aos servidores e empregados.

A meta é meramente administrativa, sendo que o número de empregados beneficiados é relativamente previsível, de forma que se percebe que a meta foi superestimada. Segundo o Gerente de Planejamento e Marketing, "De fato a meta ficou superestimada conforme consta no SIGPLAN. Houve um lapso na estimativa da área responsável (SEBES), pois foram considerados o número de vales possíveis a cada mês e não o número de beneficiários, já que os empregados que realizam mais de duas horas extraordinárias fazem jus ao benefício extra e, assim, recebem também vales alimentação extraordinários. Em razão disso, vários empregados receberam vales adicionais, portanto, mais de uma vez."

A manifestação do Gestor demonstra que houve inconsistência entre o indicador definido (servidor beneficiado) e o que foi efetivamente medido (número de auxílios alimentação concedidos), não sendo possível avaliar o cumprimento da meta.

Indicador ou Medida	Exercício 2007		Exercício 2007		Exercício 2006	
	Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)
Servidor beneficiado (unidade)	1.743	6.590.528,00	1.077	5.272.528,00	1.065	5.357.958,59

Ação 6438 - Capacitação de recursos humanos para transportes coletivos urbanos.

A meta física prevista de 1.150 tem como base unidade de empregados capacitados. No entanto, o número 2.981, informado como meta física realizada, corresponde ao número de treinamentos realizados em 2007 e, não ao número de empregados que receberam treinamento no exercício, não sendo possível avaliar o atingimento da meta. O Gerente de Planejamento e Marketing informou, por meio da CI GEPLA-0009/2008: "A inconsistência ocorre no fato de que a empresa trabalha com número de treinamentos realizados - 2981, sendo que a distribuição nas áreas é a seguinte: Administração - 1593, Operação - 787 e Manutenção - 601. A área responsável (SETRE) informou a quantidade total de funcionários que foram treinados, mas não informou quais foram treinados e quantos receberam treinamento, se mais de um treinamento ou se não receberam

nenhum."

Indicador ou Medida	Exercício 2007		Exercício 2007		Exercício 2006	
	Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)
Empregado capacitado (unidade)	1.150	450.000,00	2.981	447.920,00	1.949	389.740,01

Ação 2272 - Gestão e administração do programa.

A meta é meramente administrativa, não tendo sido definida meta física.

Indicador ou Medida	Exercício 2007		Exercício 2007		Exercício 2006	
	Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)
-	-	9.900.000,00	-	9.717.209,00	-	-

O gestor informou o que segue acerca da ação: "No GAP, as principais despesas dizem respeito ao cumprimento de contratos com organizações públicas e privadas, como por exemplo: fornecimento de água para estações e pátio, fornecimento de passagens aéreas, programa estação educar, publicações oficiais, locação de veículos, assessoria contábil à Gerência Jurídica, serviço de conservação e limpeza do pátio e prédios administrativos e de manutenção, suporte, manutenção, análise e desenvolvimento de sistemas, serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva em microcomputadores e outros equipamentos de informática, contratação de estagiários, serviço de vigilância e controle de portarias, entre outros. Todas metas físicas e financeiras, bem como dos prazos foram cumpridas, chegando a um total de 98,15%".

Ação 2843 - Funcionamento dos sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros.

A meta física realizada ficou em 91% da prevista. Segundo informação do Gerente de Planejamento e Marketing, "O não cumprimento da meta física, diz respeito a uma expectativa de que no ano de 2007, transportaríamos 161.150 passageiros/dia, (média dia útil). Esta expectativa não se confirmou, sendo inclusive, levemente inferior a 2006. Esta queda de demanda é coerente com a queda de passageiros no sistema de transportes da região Metropolitana de Porto Alegre, como um todo. As principais despesas de funcionamento estão relacionadas a seguir: energia elétrica de tração, fabricação e fornecimento de bilhetes magnetizados, serviços de soldas nos trilhos por processo aluminotérmico, substituição de pedras britadas do lastro da via permanente, serviços de limpeza dos trens, serviço de limpeza de estações e áreas adjacentes, locação de veículos, serviços de

recuperação de eixos e rodeiros, fornecimento de combustíveis, graxas, óleos e lubrificantes, revisão preventiva dos equipamentos elétricos dos trens, recuperação de 10 lotes de válvulas dos sistemas de freios dos trens, serviços de revisão de 58 truques motores e 67 truques reboques de trens, serviços de revisão mecânica preventiva dos trens, serviços de vigilâncias armada, serviços de manutenção de escadas rolantes das estações, além das despesas de pessoal e benefícios e aquisição de materiais, entre outras. Também nesta ação o orçamento foi praticamente todo cumprido, chegando a um percentual de 99,73%".

Indicador ou Medida	Exercício 2007		Exercício 2007		Exercício 2006	
	Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)
Passageiro transportado média/dia útil (unidade)	161.150	102.537.281,00	148.165	101.266.707,00	151.460	40.012.309,10

Ação 5174 - Modernização dos sistema de trens urbanos de Porto Alegre - RS.

O Gerente de Planejamento e Marketing informou, por meio do CI GEPLA-0008/2008: " O não atingimento da meta física prevista deve-se à disponibilização aos contratos vinculados à rubrica de 'Modernização' de um montante de R\$ 3.780.000,00, à medida que R\$ 420.000,00 foram remanejados para a aquisição de materiais para manutenção dos trens."

Indicador ou Medida	Exercício 2007		Exercício 2007		Exercício 2006	
	Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)
Sistema modernizado (% de execução física)	2	4.200.000,00	1,8	3.780.000,00	Em 2006 o indicador da ação foi número de trens modernizados.	

Ação 4641 - Publicidade de utilidade pública.

As metas não foram cumpridas. Segundo o Gerente de Planejamento e Marketing, por meio da CI GEPLA-0008/2008: "As despesas realizadas em 2007, de R\$ 28.830,00, dizem respeito, basicamente ao fornecimento de guias de bolso aos usuários dos sistema como um todo, incluindo de integração. Quanto ao cumprimento do orçamento originariamente previsto, informamos que no início de 2007 houve um planejamento de uma campanha voltada para a utilização da bilhetagem eletrônica, que deveria ocorrer na segunda metade do ano. Como consequência houve uma maior "economia interna" nos primeiros meses de 2007. Ocorreu que, antes de iniciar o processo para realização da campanha planejada, o

Ministério das Cidades cortou os recursos destinados à TRENSURB (pela não utilização) destinando-os para outros fins."

Indicador ou Medida	Exercício 2007		Exercício 2007		Exercício 2006	
	Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)
-	-	610.000,00	-	28.830,00	540.000,00	540.000,00

Programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Ação 0022 - Cumprimento de sentença judicial.

Trata-se de operação especial, voltada exclusivamente para cumprimento de sentença judicial, tendo sido cumprida em função das demandas judiciais que ocorreram no exercício de 2007.

Indicador ou Medida	Exercício 2007		Exercício 2007		Exercício 2006	
	Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)	Realizado (Físico)	Realizado (R\$)
-	-	35.569.129,00	-	19.720.579,00	-	-

5.2 QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES

Os indicadores de desempenho adotados pela Trensurb foram apresentados em seu Relatório de Gestão, conforme demonstrado a seguir, nas áreas de Responsabilidade Social; Receitas, Despesas e Taxa de Cobertura; Operacional; Gestão de Pessoas - Benefícios Sociais; Gestão de Pessoas - Segurança do Trabalho; Gestão de Pessoas - Treinamentos Realizados; Suprimento de Bens e Serviços - Ocorrências em Licitações; Gestão de Suprimento de Bens e Serviços - Índices de Gerenciamento dos Estoques.

Responsabilidade Social

Nome	Benefícios Tarifário
Fórmula	$BT = \frac{BT - (Tarifa\ do\ modal\ concorrente - Tarifa\ trem\ ou\ integração) * 100}{Tarifa\ do\ modal\ concorrente}$
Resultado	Percentual de benefício tarifário.

Responsável pela medição: Gerência de Mobilidade

Receitas, Despesas e Taxa de Cobertura

Nome	IRP: Índice de receita por passageiro
Fórmula	$IRP = \frac{\text{total das receitas recebidas pela TRENSURB}}{\text{número de passageiros transportados}}$ (sem considerar o subsídio)

	Obs.: atualmente é medido através de passagens vendidas.
Resultado	Expresso em R\$ por passageiro

Nome	ICP: Índice de custo por passageiro
Fórmula	ICP = total dos custos da TRENSURB / número de passagens passageiros transportados (sem considerar investimentos, depreciações e provisões diversas) Obs.: atualmente é medido através de passagens vendidas.
Resultado	Expresso em R\$ por passageiro

Nome	ITC: Índice de taxa de cobertura
Fórmula	ITC = total das receitas x 100 / total das despesas Obs.: Considerando os valores de ICP e IRP.
Resultado	Expresso percentual de cobertura

Responsável pelas Medições: Gerência de Contabilidade e Patrimônio.

Indicadores Operacionais

Nome	Pass. Transportados x 1000
Fórmula	Avaliar o Número de passageiros que embarcaram nos trens. Obtido pela leitura dos bloqueios de entrada
Resultado	Expresso em passageiro x 1000

Nome	Pass. Transp. Média Dias Úteis
Fórmula	Avaliar o Número de passageiros que embarcaram nos trens no dias úteis (Segunda a Sexta-feira). Obtido pela leitura dos bloqueios de entrada
Resultado	Expresso em passageiro

Nome	Carro.km x 10.000
Fórmula	é o resultado da quilometragem operacional realizada na operação comercial multiplicando-se pelo número de carros do trem.
Resultado	Expresso em quilômetros

Nome	Passageiro/Carro.km
Fórmula	Obtida pela divisão passageiros transportados pelo produto da quilometragem operacional realizada pelo número de carros de um trem. É o resultado da quilometragem operacional realizada na operação comercial multiplicando-se pelo número de carros do trem
Resultado	Expresso em passageiro por quilometro

Nome	Carro.km /empregados
Fórmula	é o resultado da quilometragem operacional realizada na operação comercial multiplicando-se pelo número de carros do trem pela divisão de empregados
Resultado	Expresso em quilômetros por empregados

Nome	Passageiro.km x 1 milhão
Fórmula	Produto de passageiros transportados e viagem média. Corresponde ao transporte de um passageiro pela distância de um quilômetro.
Resultado	Expresso em passageiros quilômetro

Nome	Passageiro.km/Carro km (x 1000)
Fórmula	Obtida pela divisão passageiros transportados pelo produto da quilometragem operacional realizada pelo número de carros de um trem. Considerando a distância média e a quilometragem média percorrida pelos passageiros.

Resultado	Expresso em passageiro quilometro
Nome	Passageiro.km/Capacidade.km
Fórmula	Fator de utilização do serviço. Relação entre a quantidade de transporte utilizada e a quantidade de transporte oferecida. Obtida pela divisão passageiros transportados pela quilometragem média pelo produto da quantidade de transporte oferecida.
Resultado	Expresso em passageiros
Nome	Passageiro/km Percorrida
Fórmula	Obtida pela divisão passageiros transportados pela quilometragem operacional percorrida.
Resultado	Expresso em passageiros por quilometro
Nome	Passag.km/km de Linha x 1000
Fórmula	Obtida pelo produto passageiros transportados pela distância média percorrida pela divisão da distância do trecho em operação
Resultado	Expresso em passageiros por quilometro
Nome	KWH Consumidos - AT x 1000
Fórmula	Energia elétrica de tração consumida pelos TUE's em operação comercial fornecida pela concessionária de energia elétrica
Resultado	Expresso em KWH
Nome	KWH Consumidos - BT x 1000
Fórmula	Energia elétrica Complementares (anteriormente utilizada de baixa tensão) fornecida pela concessionária de energia elétrica (kwh).
Resultado	Expresso em KWH
Nome	KWH/Passageiro.km
Fórmula	Energia elétrica de tração consumida pelos TUE's em operação comercial fornecida pela concessionária de energia elétrica por produto da quilometragem média percorrida e passageiros transportados.
Resultado	Expresso em KWH por passageiro quilometro
Nome	KWH/Passageiro.km
Fórmula	Energia elétrica de tração consumida pelos TUE's (Kwh) em operação comercial fornecida pela concessionária de energia elétrica pela divisão do número de viagens realizadas durante a operação comercial (no mesmo período de leitura da energia).
Resultado	KWH/Viagens Realizadas
Nome	KWH BT/nº de Dias do Mês
Fórmula	Energia elétrica Complementares (anteriormente utilizada de baixa tensão) fornecida pela concessionária de energia elétrica (kwh) por número de dias do mês.
Resultado	KWH/por dia
Respons.	Gerência de Sistemas
Nome	Disponibilidade Frota Pico Tarde(%)
Fórmula	Obtida pelo número de trens disponíveis durante o pico Tarde.
Resultado	Número de trens
Nome	Oferta de Trens Para os Picos (%)
Fórmula	Obtida pela divisão da Frota Operacional *100 pela Frota Disponível. Frota Operacional - trens colocados à disposição da operação pela manutenção (trens disponíveis= trens em tráfego+ reserva)=(trens operacionais PM+PT)/2.

	Frota Disponível - trens colocados à disposição da operação e manutenção, excluindo-se aqueles que estejam "aguardando liberação" (reformas, pendências, falta de sobressalentes, falhas, etc). tabela de trens com indisponibilidade igual ou superior 24 hs.
Resultado	Expresso em %

Nome	Densidade Pico Tarde (pass./m2)
Fórmula	Medido através de pesquisa de embarque e desembarque
Resultado	Passageiros por metro quadrado.

Nome	Viagens Programadas
Fórmula	Número de viagens programadas realiza pelo trem
Resultado	Expresso em viagens

Nome	Viagens Realizadas
Fórmula	Número de viagens realizadas
Resultado	Expresso em viagens

Nome	Regularidade (%)
Fórmula	Obtida pela divisão viagens realizadas pelas viagens programadas
Resultado	Expresso em %

Nome	Trens c/Atrasos x 10.000 km Oper.
Fórmula	Somatório dos tempos de atrasos (minutos) no fim das viagens realizadas pela quilometragem percorrida.
Resultado	Expresso minutos por quilometro

Nome	Trens Subst. Dur. Oper. Comercial
Fórmula	Representa o número de recolhimentos ocorridos no período em análise, que impedem a utilização do trem na operação comercial.
Resultado	Expresso em número de trens

Nome	Pass. Acid/Milhão de Pass. Transp
Fórmula	Obtida pela divisão de passageiros acidentados por milhão de passageiros transportados
Resultado	Expresso em passageiros acidentados por passageiros

Nome	KM Média Entre Avarias
Fórmula	Obtida pela divisão da quilometragem percorrida pelo número de falhas constatadas.
Resultado	Expresso em quilometragem por falha nos trens

Nome	KM Percorrida Pela Frota
Fórmula	Obtida pela quilometragem percorrida pela frota.
Resultado	Expresso em quilometragem
Resp.	Gerência de Manutenção

Nome	Índice de Avarias
Fórmula	Obtida pela divisão do total de avarias nos trens em relação a quilometragem percorrida pela frota.
Resultado	Expresso em %

Nome	Útil. Frota Oper. (Pico dias úteis %)
Fórmula	Obtida pela divisão de Trens em Tráfego *100 pela Frota Operacional
	Trens em Tráfego - trens programados nos picos (manhã e tarde)

	nos dias úteis, excluem-se os trens reservas. Frota Operacional - trens colocados à disposição da operação pela manutenção (trens disponíveis trens em tráfego + reserva).
Resultado	Expresso em %

Responsabilidade pela medição: para os indicadores em que não está definida a responsabilidade, considera-se que a Gerência de Operações é o responsável.

Indicadores de Gestão de Pessoas - Benefícios Sociais

Nome	UNIMED - Titulares
Fórmula	Número de atendimentos realizados a empregados, no ano, por médicos do Convênio UNIMED
Resultado	Número de atendimentos feitos para Titulares

Nome	UNIMED - Dependentes
Fórmula	Número de atendimentos realizados a empregados, no ano, por médicos do convênio UNIMED
Resultado	Número de atendimentos feitos para Dependentes

Nome	SESI - Titulares
Fórmula	Número de atendimentos odontológicos e laboratoriais realizados a empregados, no ano, por médicos do convênio SESI
Resultado	Número de atendimentos feitos para Titulares

Nome	SESI - Dependentes
Fórmula	Número de atendimentos odontológicos e laboratoriais realizados para dependentes de empregados, no ano, por médicos do convênio SESI
Resultado	Número de atendimentos feitos para Dependentes

Nome	Serviços Ambulatoriais - Consultas Médicas
Fórmula	Número de consultas médicas para empregados
Resultado	Número de atendimentos para Empregados

Nome	Serviços Ambulatoriais - Consultas Odontológicas
Fórmula	Número de consultas odontológicas para empregados
Resultado	Número de atendimentos feitos para Empregados

Nome	Serviços Ambulatoriais - Atendimentos Psicológicos
Fórmula	Número de consultas psicológicas para empregados
Resultado	Número de atendimentos feitos para Empregados

Nome	Estação Educar - Número de Refeições
Fórmula	Número de refeições servidas no restaurante da empresa para adolescentes participantes do programa Estação Educar
Resultado	Número de refeições servidas

Nome	Estação Educar - Vale Alimentação
Fórmula	Número de vales-alimentação e vales-refeição distribuídos aos empregados, estagiários e participantes do programa estação educar
Resultado	Número de Vale-alimentação distribuídos

Nome	Auxílio Creche
Fórmula	Número de dependentes menores de 7 anos ou portadores de deficiência mental

Resultado	Número de dependentes
-----------	-----------------------

Nome	Atendimentos Sociais a Empregados
Fórmula	Número de atendimentos a empregados pelo Setor de Benefícios (diferentes dos citados)
Resultado	Número de atendimentos a empregados

Nome	Atendimentos Sociais a familiares
Fórmula	Número de atendimentos a familiares de empregados pelo Setor de Benefícios
Resultado	Número de atendimentos a familiares de empregados

Nome	Atendimentos Sociais - visitas
Fórmula	Número de visitas a empregados e familiares que estão em tratamento médico, psicológico ou em internações realizadas pelo Setor de Benefícios
Resultado	Número de visitas realizadas

Nome	Atendimento Nutricional a Empregados
Fórmula	Número atendimentos a empregados que precisam de atendimentos especiais pela Nutricionista
Resultado	Número atendimentos a empregados

Nome	Vales-Transporte
Fórmula	Número de vales-transporte distribuídos aos empregados, estagiários e participantes do programa estação educar conforme legislação
Resultado	Número de vales-transporte distribuídos aos empregados

Responsabilidade pela medição: Setor de Benefícios e Serviço Social

Gestão de Pessoas - Segurança do Trabalho

Nome	Taxa de frequência de acidentes
Fórmula	Mede-se a Taxa de Frequência multiplicando-se o n° de Acidentes do Trabalho com Afastamentos por um milhão, dividindo por horas - homens expostos ao risco.
Resultado	Quantidade de acidentes por milhão de horas

Nome	Taxa de gravidade de acidentes de trabalho
Fórmula	A Taxa de Gravidade é medida através da soma dos Dias Perdidos no mês, mais a soma dos Dias Transferidos do mês anterior, multiplicado por um milhão e dividido por horas - homens expostos ao risco
Resultado	Dias perdidos

São utilizados indicadores definidos pela OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - O.I.T.

Responsável pela medição: setor de Higiene e Segurança do Trabalho

Gestão de Pessoas - Treinamento Realizados

Nome	Empregados treinados no mês
Fórmula	Número de participantes em treinamentos no mês
Resultado	Quantidade de participantes em treinamentos

Nome	Número de projetos realizados no mês
------	--------------------------------------

Fórmula	Número de treinamentos
Resultado	Número de treinamentos realizado no mês

Responsável pela medição: setor de Seleção e Treinamento

Gestão de Suprimento de bens e serviços - Ocorrências em Licitações

Nome	Quantidade de certames licitatórios
Fórmula	Refere-se à contagem das diversas modalidades de licitações realizadas: Concorrência, Tomada de Preços, Pregão, Pregão Eletrônico, Convite, Licitações desertas e Licitações revogadas
Resultado	Número de licitações

Nome	Valores gastos em licitações
Fórmula	Refere-se aos valores, em reais, gastos nas diversas modalidades de licitações realizadas pela empresa no ano: convite, Convite para obras e Serviço de Engenharia, Concorrência, Tomada de Preços, Pregões, Adjudicação Direta, Dispensa de licitação para compras emergenciais e Dispensa de Licitação.
Resultado	Reais

Responsáveis pela medição: Setor de Compras

Gestão de suprimento de bens e serviços - Índices de gerenciamento dos estoques

Nome	Itens abaixo do ponto de encomenda
Fórmula	Itens com política de estoque definida, abaixo do ponto de encomenda e com solicitações de compra pendentes
Resultado	Quantidade de itens

Nome	Itens sem saldo com Política 4 e 5
Fórmula	Itens com política de estoques a partir do consumo médio e por reposição, respectivamente, que estão abaixo do nível desejável
Resultado	Quantidade de itens

Nome	Itens recebidos para estoque
Fórmula	Itens recebidos através de compras realizadas para suprimento dos estoques
Resultado	Quantidade de itens

Nome	Itens recebidos para repasse
Fórmula	Itens recebidos através de compras realizadas a pedido das diversas Unidades Organizacionais
Resultado	Quantidade de itens

Nome	Itens devolvidos por defeito técnico
Fórmula	Itens devolvidos após a compra por problemas encontrados na inspeção de recebimento
Resultado	Quantidade de itens

Nome	Requisições remotas
Fórmula	Itens requisitados, a partir das disponibilidades de estoques, pelas diversas Unidades Organizacionais
Resultado	Quantidade de itens

Nome	Itens sem política e com saldo
------	--------------------------------

Fórmula	Itens sem política definida de estoque (parâmetros de estoques mínimos ou ponto de ressuprimento), mas que possuem saldo em estoque
Resultado	Quantidade de itens

Nome	Itens cadastrados
Fórmula	Itens novos cadastrados, decorrentes de novas necessidades das diversas áreas
Resultado	Quantidade de itens

Nome	Itens cadastrados
Fórmula	Itens com descrições alteradas; itens de estoque com necessidades de atualização, face às novas necessidades ou adequações tecnológicas
Resultado	Quantidade de itens

Responsabilidade pela medição: Setor de Materiais

Analisamos os indicadores trabalhados pela Trensurb, durante os exames realizados, e verificamos que os mesmos monitoram aspectos relevantes relacionados às suas respectivas áreas.

Ainda, acompanhando o cálculo dos principais indicadores, constatamos que os parâmetros envolvidos são de fácil identificação e obtenção, tornando os indicadores passíveis de acompanhamento ao longo do exercício, em conformidade com os quesitos estabelecidos pelo TCU (item 2 do Anexo VI da DN/TCU nº 85/2007).

Verificamos que os controles internos implementados pela Trensurb são efetuados como segue:

a) Área Orçamentária: O Responsável pelo Setor de Orçamento informou acerca do controle interno desta área: "Os mecanismos utilizados para o acompanhamento da execução orçamentária da Empresa começa pela utilização do sistema Placomp, onde a área que tem a necessidade de adquirir um bem ou serviço, emite uma Solicitação de Compras - SC, detalhando o material ou serviço a ser adquirido.

Após a emissão da SC, envia um email para o Setor de Orçamento, que aloca a importância solicitada, após averiguar a disponibilidade orçamentária, em conformidade com o planejamento estratégico da empresa, informando a fonte de recursos e a natureza da despesa do bem ou serviço.

De posse dos recursos, a área solicitante aprova a Solicitação de Compras que vai, via sistema, para o Diretor fazer a aprovação como Ordenador da despesa.

Aprovada pelo Diretor, a SC vai, também via sistema, para o Setor de Compras, que imprime a SC, encaminha ao Setor de Apoio para abertura de processo, faz o processo licitatório, emite o Pedido de Compras.

O Setor de Compras, então, envia o processo para o Setor de Orçamento, que emite a Nota de Empenho - NE, para a efetiva compra do bem ou serviço.

Outro mecanismo pelo qual o Setor de Orçamento faz seu controle orçamentário é através de diversas planilhas eletrônicas, onde lança as informações registradas no SIAFI, fazendo o acompanhamento da entrada de recursos oriundos do Tesouro Nacional, das receitas próprias realizadas e a realizar, dos Restos a Pagar, bem como da execução orçamentária de pessoal, custeio e investimento, mês a mês e projeções das despesas futuras.

Temos também o Sistema Integrado de Dados Orçamentários-SIDOR, através do qual solicitamos, após uma minuciosa análise da execução e das projeções, recursos adicionais ao orçamento vigente, de acordo com as necessidades apresentadas."

b) Área Financeira: O Gestor informou que os controles internos desta área são efetuados da seguinte forma: "Utilização dos sistemas de controle disponibilizados pelo Governo Federal e outros sistemas internos a seguir relacionados:

- SIAFI - Sistema de administração financeira do Governo Federal
- PLACOMP, sistema de administração interna, que engloba os seguintes itens de controle:

- a- Financeiro (contas a pagar/receber)
- b- Tesouraria (recebimentos/pagamentos)
- c- Fluxo de caixa (disponível/aplicação - resgate)
- d- Cadastro (clientes/fornecedores)
- e- Consulta (histórico de clientes - fornecedores)

Além dos sistemas citados, utilizamos outros sub-sistemas do SIAFI - CPR, para um melhor controle dos pagamentos e recebimentos."

c) Área Patrimonial: O Gestor informou que os controles patrimoniais são efetuados por meio de identificação; codificação, classificação, cadastramento, uso do bem, Sistema de Controle de Bens (sistema SISEG/SICOB); termo de responsabilidade; inventário, melhorias; transferências de bens patrimoniais (notes / outros sistemas / GECOP / PLACOMP); seguros, penhoras, baixas patrimoniais. Segundo o mesmo, o SICOB é um "programa criado para um melhor controle dos bens patrimoniais, onde todos tem acesso e podem registrar observações dos bens pertencentes aos diversos centros de custos existentes na empresa, possibilitando aos representantes patrimoniais de cada U. O., e a GECOP, controlar com maior facilidade, acompanhando todas estas observações e modificações de locais dos bens."

d) Área Operacional: O Gestor informou, por meio do CI GEOPE - 0015/2008, de 08/04/2008, que os instrumentos de controle operacional são:

"- Grade horária - Desenvolvida pelo Centro de Controle Operacional, a partir de um nível de serviço estabelecido pela TRENSURB e diferenciado na RMPA, determina o intervalo de trens e aloca a frota de acordo com a demanda, ao longo do dia;

- Diário operacional - É o relatório das ocorrências operacionais do dia, onde são relatados todas as ocorrências em trens e estações,

incluindo demandas de entrada e saída de usuários, por estação, número de deficientes físicos transportados no sistema, número de atendimentos de mal súbitos, total de viagens previstas e viagens realizadas e atrasos por viagens na circulação;

- SISPI - Sistema de Pedidos de Intervenção: Sistema de Controle de todos os dados referente as falhas nos principais sistemas operativos (material rodante, escadas rolantes, bloqueios, elevadores, circuito fechado de televisão, radiocomunicação, sonorização, energia, via permanente, etc). Sistema atualmente utilizado PLACOMP;

- SIMAV - Sistema de Manobras de Veículos: Sistema de Controle de todos os dados referente as manobras de veículos nas vias, pátios de operação e manutenção, possibilitando controles gráficos de todas as manobras, visualização de trens e veículos de manutenção, controle de lavagens, circulação, troca de fitas de controle. Possibilitando programar manobras tais como injeções ou recolhimentos nas vias;

- SISPA - Sistema de Programação de Acesso: Sistema para controlar todos os acessos de equipes de manutenção das vias, controlando assim deslocamento de equipamentos de veículos, controle de equipes por programações permanentes, controle de energização e estacionamentos, evitando ao máximo reprogramação de atividades;

- SISPD - Sistema de Programação Diária de Trens: Sistema para controlar todos as programações dos trens pela manutenção e operação, sempre com preocupação de disponibilizar o número de trens suficientes para cumprir a programação diária de trens para a circulação;

- SIGRA - Sistema de Grade Horária: Sistema que tem por objetivo de programar os trens que farão a circulação com usuários ao longo do dia, identificando estações, intervalo horários e quantidade de trens para atendimento da oferta de service;

- SIVIA - Sistema de Via: Sistema desenvolvido em ambiente gráfico, JAVA, via WEB, com o objetivo de auxiliar o Centro de Controle Operacional na tomada de decisões, estratégias operacionais, em situações degradadas. Este sistema contribuirá para uma padronização nas medidas a serem tomadas pelos operadores do CCO;

- SIEOP - Sistema de Estratégias Operacionais: Sistema desenvolvido em ambiente gráfico, JAVA, via WEB, e que tem a finalidade de monitorar as atividades, na via, tais como movimentação das equipes de manutenção, rondas, deslocamento de veículos auxiliares. Contribuindo para uma maior segurança pessoal e patrimonial;

- Fechamento Diário do Estoque da Estação: Sistema desenvolvido que informatizou o formulário de Fechamento Diário do Estoque da Estação, propiciando maior confiabilidade ao Setor de Pagamentos e Receitas (SEPAR) na definição da quantidade de bilhetes a ser distribuído em cada estação. O Formulário eletrônico é quase cópia fiel do formulário em papel, tendo sido acrescido de uma linha (subtotal), onde tem o somatório das quantidades de bilhetes do cofre + os da bilheteria;

- Relatório Diário da Estação (RDE): Formulário desenvolvido para registro diário de informações das estações relativos a passagem de

usuários (entrada e saída), ocorrências, serviço de via e verificação de material;

- Declaração de Venda de Bilhetes (DVB): formulário utilizado pelo SEPAR e encaminhado para as estações, para registro da venda de bilhetes e posterior encaminhamento para a GECOP, para proceder a contabilidade da venda;

- Sistema de Gestão Estratégica (SGE). Sistema desenvolvido para acompanhamento da implantação do BSC no âmbito da Empresa. Diversos indicadores operacionais são monitorados e atualizados mensalmente;

- POL - Programação de Operadores de Trens - Sistema desenvolvido para alocação dos empregados que operam os trens em manobras e na circulação, para cumprimento de uma programação horária.

- Relatório mensal de indicadores - São emitidos mensalmente e contemplam os aspectos de produtividade (demanda, serviços, instalações, consumo de energia elétrica e desempenho de equipamentos), além das qualidades intrínsecas do serviço (confiabilidade, pontualidade, disponibilidade de frota, conforto oferta de trens, segurança operacional e atendimento ao cliente/usuário), permitindo o acompanhamento e a avaliação do serviço. Disponibilizados no sistema NOTES;

- Formulário de sugestões e reclamações - Instrumento de manifestação espontânea do usuário, onde são expressos seus anseios, expectativas ou insatisfações, sendo também manifestados, através deste formulário, elogios aos processos de melhorias e serviços prestados. Coletados, compilados e encaminhados para área operacional para análise e avaliação;

- Comunicação de atendimento ao usuário (CAU) - Na ocorrência de mal súbito ou acidente com os clientes/usuários, a TRENSURB presta atendimento e encaminhamento, se necessário, preenchendo o formulário "CAU", para fins de estatística e registro do termo de responsabilidade, quando é dispensado o encaminhamento para atendimento hospitalar;

Eventos especiais - Para assegurar a qualidade do serviço e a segurança dos usuários, por ocasião de eventos como feiras, exposições e jogos, são tomadas medidas especiais, tanto operacionais, quanto de segurança. Como exemplo podemos citar a EXPOINTER que ocorre anualmente no Parque de Exposição de Esteio. Algumas medidas especiais tomadas para esse evento são: serviço especial de trens e estações; emissão de mensagens específicas; direcionamento do público por caminhos preferenciais; divulgação interna e externa; atendimento de primeiros socorros, de crianças perdidas e reforço na quantidade de bilhetes"

Verificamos falhas nos controles internos da Trensurb, em função dos testes realizados durante os trabalhos de auditoria, no que se refere à área financeira, que foram registradas nos itens 1.3.2.1, 1.3.1.1 e 1.3.1.2 do Anexo I - "Demonstrativo das Constatações". Estes itens referem-se, respectivamente, ao pagamento expressivo de encargos moratórios na liquidação de obrigações, às falhas em relação à

utilização de cartão corporativo (atesto de recebimento em desacordo com o princípio da segregação de funções) e à aquisição de materiais mediante cartão de pagamento, em desacordo com a política de estoque da Trensurb.

5.3 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Em seu relatório de gestão do exercício 2007, mais precisamente no Anexo E - Demonstrativo de Transferências Realizadas no Exercício, a Trensurb informou a existência de apenas um convênio vigente no exercício sob exame. O referido convênio (SIAFI 532167), no qual a Trensurb figura como concedente, firmado desde agosto de 2005 com a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como interveniente a Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, tem como objeto a conjugação de esforços para o desenvolvimento de políticas públicas de segurança na área de transporte metroviário, por meio de incremento das atividades de polícia ostensiva nos acessos e adjacências das estações pertencentes ao sistema metroviário da Trensurb.

Em análise ao referido convênio, constatamos as seguintes impropriedades: ausência de prestações de contas parciais mensais por parte do conveniente; e liberação de parcelas com saldos pendentes de comprovação. O detalhamento dessas constatações encontra-se consignado no Anexo I a este relatório - Demonstrativo das Constatações.

Embora a Trensurb tenha informado em seu relatório de gestão apenas o convênio supracitado, verificamos, no decorrer dos trabalhos de auditoria, a existência de outros 18 (dezoito) convênios e/ou termos de cooperação firmados pela Companhia e vigentes em 2007, que não envolveram repasse de recursos financeiros.

5.4 REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Trensurb realiza suas aquisições e contratações de serviços com base na Lei nº 8.666/1993. Segundo as informações disponibilizadas, a Companhia realizou, no exercício 2007, contratações ou aquisições no valor total de R\$ 14.363.512,50 (quatorze milhões, trezentos e sessenta e três mil, quinhentos e doze reais e cinquenta centavos), segregadas conforme as seguintes modalidades de aquisição ou licitação:

Tipo de Aquisição ou Contratação	Valor Contratado/Adquirido (R\$)	Percentual do valor das aquisições ou contratações realizadas mediante esta modalidade
Dispensa de Licitação	1.938.354,45	13,49%
Inexigibilidade de Licitação	1.822.229,38	12,69%
Convite	342.840,53	2,39%
Tomada de Preços	595.781,00	4,15%
Concorrência	2.682.000,00	18,67%

Pregão	6.982.307,14	48,61%
TOTAL	14.363.512,50	100,00%

Da análise dos processos licitatórios realizados pela Companhia, bem como dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, detectamos impropriedades, as quais encontram-se consignadas no "Demonstrativo das Constatações", anexo a este relatório. As principais ocorrências apuradas foram:

- Falhas no planejamento e programação de licitação a ser realizada acarretando em contratação direta de empresa para prestar os serviços, por dispensa de licitação baseada em critério de emergencialidade.
- Contratação direta por inexigibilidade de licitação em detrimento da realização de procedimento licitatório, tendo em vista a existência de indicativos de viabilidade de competição.
- Reincidência de prorrogação irregular de contrato emergencial após 180 dias de vigência, o que é vedado pelo inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93.
- Aquisição direta de móveis, por dispensa de licitação indevida, caracterizando fracionamento de despesas, tendo em vista a similitude dos bens adquiridos e o período de aquisição em comum.

5.5 REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A força de trabalho efetiva, no início e no fim do exercício de 2006, foi informada pelos gestores como segue:

Cargo/Processo	Efetivo 31/12/2006	Efetivo 31/12/2007
SIRD/2002		
Apoio	5	5
Técnico Operacional	825	828
Gestão	170	175
Total SIRD/2002	1000	1008
PCS/1990		
Administração	17	14
Operação	53	44
Serviços de Apoio	2	2
Universitários	1	1
Total PCS/1990	73	61
Total de empregados (PCS/1990 + SIRD/2002)	1073	1069

Na força de trabalho extra quadro havia, em 31/12/2007, 50 aprendizes do SENAI e 32 empregados comissionados.

Foram encaminhados para apreciação da CGU-Regional/RS, no exercício de 2007, 70 processos referentes à admissão de pessoal, sendo que 3 admissões ocorreram no final de 2006. As concessões de aposentadoria e pensão não são de competência da Unidade sob análise, vez que se trata de Empresa Estatal.

Verificamos que, em 31/12/2007, existiam 11 empregados cedidos, com valores pendentes de ressarcimento, como relatado no item 1.2.2.1 do Anexo I - Demonstrativo das Constatações.

Verificamos também a falta de evidências da adoção de medidas efetivas para a contenção das reclamações trabalhistas e, de efetividade nas ações adotadas para conter o aumento do número e valor das horas extras pagas, em descumprimento às determinações contidas no Acórdão TCU nº 3.159/2004 - Primeira Câmara. Estes fatos foram relatados detalhadamente nos itens 2.1.1.1 e 1.2.3.1 do Anexo I - Demonstrativo das Constatações, respectivamente.

5.6 ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

O Plano de Benefícios e Custeio para os empregados da Trensurb continua sendo administrado pela BB Previdência, conforme Convênio de Adesão e Contrato de Prestação de Serviços firmados originalmente em 08/11/2001, a partir do qual a Trensurb ingressou como patrocinadora da BB Previdência.

Conforme disposto no art. 1º do seu Estatuto Social, a BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), multipatrocinada, constituída sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, distinta dos Patrocinadores e Instituidores admitidos.

De acordo com as informações prestadas pelos gestores em resposta à SA nº 208652/01, não há funcionários nem imóveis cedidos pela Trensurb à EFPC. Os gestores informaram, ainda, que a Trensurb não possui dívidas para com a EFPC, decorrentes de atrasos no repasse de contribuições. A dívida existente e contabilizada refere-se ao passivo gerado em decorrência do Tempo de Serviço Passado quando do início do Plano.

Os valores repassados a título de contribuições patronais e de empregados pela Trensurb à EFPC, no exercício 2007, estão discriminados no Relatório de Gestão elaborado pela Companhia (fl. 138 deste processo) e atenderam ao disposto no § 1º do art. 6º da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.

Os recursos repassados à BB Previdência se referem a contribuições normais e contribuições extraordinárias da Patrocinadora, referente ao Tempo de Serviço Passado.

Conforme consignado no item 16 do Parecer Atuarial, constante no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios relativo ao exercício 2007, a situação econômico-atuarial do Plano TRENURB PREV, em 31/12/2007, encontra-se superavitária, no montante de R\$ 454.732,99 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e trinta e dois reais e noventa e nove centavos).

Quanto à realização de ações de supervisão e fiscalização sobre as atividades da EFPC, a Trensurb informou, em resposta à SA nº 208652/01, que não possui plano de fiscalização e controle sobre as atividades exercidas pela EFPC. Em resposta à SA nº 208652/02, a

Auditoria Interna da Companhia informou que o último trabalho de auditoria realizado sobre as atividades da EFPC ocorreu no exercício de 2006.

5.7 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU

Em 2007, o TCU emitiu seis Acórdãos direcionados à Trensurb. Desses seis Acórdãos emitidos, os três a seguir listados estão relacionados à Concorrência n° 04/2001, realizada pela Trensurb, referente às obras civis e de fornecimento de sistemas da extensão norte da linha 1 do metrô da cidade de Porto Alegre/RS, no trecho de São Leopoldo a Novo Hamburgo:

- Acórdão 988/2007 - Plenário:

Trata-se de Pedido de Reexame interposto pela Trensurb, contra os termos do Acórdão n° 617/2006 - TCU - Plenário. Recurso julgado parcialmente provido. Tornou insubsistente parte do Acórdão 617/2006 e determinou, novamente, a realização da adequação do orçamento-base.

- Acórdão 1704/2007 - Plenário:

Determinou que a Trensurb adotasse os procedimentos necessários para a anulação da Concorrência n° 04/2001 e promovesse novo certame licitatório no menor espaço de tempo possível.

- Acórdão 2450/2007 - Plenário:

Análise dos Embargos de Declaração opostos pelo Consórcio Novavia contra o Acórdão 1704/2007 - Plenário. O referido Acórdão conheceu dos Embargos de Declaração, para, no mérito, dando-lhes provimento, conferir-lhes efeitos infringentes, alterando a redação expressa no Acórdão 1704/2007. Tendo como premissa a Proposta de Negociação com o Consórcio Novavia, os Ministros do TCU determinaram que a Trensurb desse prosseguimento à licitação objeto do Edital de Concorrência n° 04/2001 após proceder ao seu saneamento, devendo cumprir a adequação do orçamento base da mencionada concorrência, à vista da nova análise, quantificações e dimensionamentos acordados. Além disso, reconheceu como cumpridas pela Trensurb as determinações prolatadas por meio dos Acórdãos n° 617/2006 e n° 988/2007, ambos do Plenário da Corte de Contas.

Em virtude da última decisão proferida pelo TCU no âmbito da Concorrência n° 04/2001, a Trensurb adotou como providência inicial a homologação do respectivo processo licitatório, cuja adjudicação formalizada à época (17/05/2002) se deu em favor do Consórcio Novavia, na condição de vencedor da Concorrência. O cumprimento das demais determinações expedidas através do Acórdão 2450/2007 - Plenário deverão ser objeto de análise por esta CGU quando da avaliação da gestão 2008.

Os outros três Acórdãos emitidos pelo TCU em 2007 direcionados à Trensurb foram:

- Acórdão 889/2007 - 2ª Câmara:

Julgou as contas de 2004 da Trensurb, tendo sido expedidas 10 (dez) determinações à Companhia, das quais apenas uma teve seu atendimento de forma parcial. Em relação às outras nove determinações, não foram detectadas, com base nos exames realizados, impropriedades análogas as que deram origem as determinações emitidas.

Com relação à determinação atendida de forma parcial, expressa no item 1.2 do Acórdão em questão, a saber: "Que observe, quanto à gestão de bens móveis, as disposições da Instrução Normativa nº 205-SEDAP de 08/04/1988, bem como regularize no prazo de 60 (sessenta) dias, se já não o fez, as diferenças apontadas pela Controladoria Geral da União nos inventários de 2002, 2003 e 2004, inclusive responsabilizando os agentes responsáveis por extravios e pelos controles administrativos deficientes", verificamos, com base nas informações constantes do Inventário dos Bens Patrimoniais da Trensurb de 2007, que ainda estão pendentes de regularização, aguardando a conclusão dos respectivos processos administrativos: 15 bens de 2003, sendo 03 no âmbito do Processo Administrativo nº 1014/03 e 12 no âmbito do Processo Administrativo nº 1875/04; e 03 bens de 2004, sendo 02 no âmbito do Processo Administrativo nº 1130/06 e 01 no âmbito do Processo Administrativo nº 1151/04.

- Acórdão 2051/2007 - 2ª Câmara:

Trata-se de Representação não reconhecida pelo TCU com determinação de arquivamento dos autos.

- Acórdão 2418/2007 - Plenário:

Trata-se de Representação conhecida pelo TCU, sendo, no mérito, considerada parcialmente procedente. Determinou que a CGU/RS verificasse quando da auditoria nas contas anuais da Trensurb a eventual ocorrência de pagamentos de multas em função do não cumprimento de decisões judiciais.

No que tange à determinação expressa a esta CGU, não detectamos, no exercício de 2007, pagamentos decorrentes de multas em função do não cumprimento de decisões judiciais. Mediante a CI GEJUR-0059/2008, o Gerente Jurídico da Trensurb ratificou que não houve no exercício de 2007 pagamento de multa por descumprimento de sentenças trabalhistas, sendo que todos os pagamentos decorrentes de condenações foram efetivadas dentro do prazo legal.

Em seu relatório de gestão, os gestores ainda citaram os Acórdãos 664/2007 e 228/2007, ambos da 2ª Câmara, que consideraram legais atos de admissão da Trensurb.

5.8 RECURSOS EXTERNOS/ORGANISMOS INTERNACIONAIS

A Trensurb não executou, no exercício 2007, projetos ou programas financiados com recursos externos e/ou em cooperação com organismos internacionais.

5.9 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Em 31/12/2007, a Auditoria Interna da Trensurb contava com uma equipe composta por 1 Gerente, 2 Auditores e 1 Secretária. Conforme informado no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINIT 2007, tendo em vista o desligamento de um Auditor (Engenheiro) em 18/09/2006, e a não reposição da sua vaga, a Auditoria Interna ficou com sua força de trabalho comprometida para os trabalhos de Auditoria Operacional, no exercício 2007, em especial na área de manutenção de trens.

No que se refere às auditorias planejadas, conforme previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT 2007, a Unidade de Auditoria Interna da Trensurb realizou todas as auditorias programadas, as quais estão relacionadas no quadro a seguir:

Nº	Descrição Sumária	Objetivos	Tipo	Nº Relatório	Data do Relatório
01	Prestação de Contas Anual - Balanço 31/12/2006	Verificar as informações e saldos contábeis	Prestação de Contas - Balanço 2006	298/2007	06/02/2007
02	Contratos e Convênios	Verificar o andamento do contrato, o cumprimento das cláusulas contratuais, os controles internos e desempenho do Setor	Contábil e Operacional	300/2007	29/06/2007
03	Licitações e Compras	Examinar processos e editais, os controles internos e desempenho do Setor	Operacional	301/2007	05/10/2007
04	Pré-Balanço	Verificação dos saldos e sua consistência	Contábil	302/2007	28/12/2007

Além das auditorias previstas no PAINT 2007, a Unidade de Auditoria Interna também realizou auditoria especial sobre Contratos - Cláusula Específica, cujos resultados foram consignados no Relatório de Auditoria nº 299/2007, de 13/04/2007.

Os componentes da Unidade de Auditoria Interna também participaram no exercício de 2007 de diversas atividades de treinamento e capacitação, conforme relatado no RAINIT 2007.

Identificamos, nos relatórios disponibilizados, que os resultados dos exames e as providências que já foram implementadas pelos setores auditados serviram para corrigir eventuais falhas e aperfeiçoar os controles internos existentes, sendo que não foram identificadas irregularidades graves nos relatórios apresentados pela Auditoria Interna da Companhia.

5.10 SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

A Trensurb possui dois cartões corporativos de pagamento sob a responsabilidade da Gerência de Suprimentos/Setor de Compras, sendo o

limite mensal de compras por cartão de R\$ 9.000,00. Foram realizadas despesas no valor de R\$ 98.907,28 e não foram efetuados saques com os cartões em 2007. As falhas verificadas quanto ao uso desta forma de pagamento são tratadas nos itens 1.3.1.1 e 1.3.1.2 do Anexo I - "Demonstrativo das Constatações" e referem-se ao atesto de recebimento de produtos e serviços, em desacordo com o princípio da segregação de funções e, a aquisições de materiais, em desacordo com a política de estoque da Trensurb, respectivamente.

5.11 CONSTATAÇÕES QUE RESULTARAM EM DANO AO ERÁRIO

As constatações verificadas estão consignadas no Anexo - "Demonstrativo das Constatações", não tendo sido estimada pela equipe ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria, a partir das constatações levantadas pela equipe, que estão detalhadamente consignadas no Anexo - "Demonstrativo das Constatações" deste Relatório.

Porto Alegre , 13 de junho de 2008.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

CERTIFICADO N° : 208652
UNIDADE AUDITADA : TRENSURB
CÓDIGO : 275060
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO N° : 00222.000320/2008-11
CIDADE : PORTO ALEGRE

CERTIFICADO DE AUDITORIA

Foram examinados, quanto à legitimidade e legalidade, os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, praticados no período de 01Jan2007 a 31Dez2007.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram provas nos registros mantidos pelas unidades, bem como a aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria.

3. Em nossa opinião, diante dos exames aplicados, de acordo com o escopo mencionado no parágrafo segundo, consubstanciados no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão n° 208652 considero:

3.1 REGULAR COM RESSALVAS a gestão dos responsáveis a seguir listados:

CPF	NOME	CARGO
"Nome e CPF protegidos por Sigilo"		DIRETOR DE OPERAÇÕES

FALHA(s) GRAVE(s)

1.2.3.1

Aumento do número e do valor das horas extras pagas em 2007 em relação a 2006, em descumprimento à determinação contida no item 9.1.2 do Acórdão TCU n° 3.159/2004 - Primeira Câmara.

CPF	NOME	CARGO
"Nome e CPF protegidos por Sigilo"		DIR. DE ADM E FINANÇAS

FALHA(s) GRAVE(s)

1.2.2.1

Existência de pendências relativas a ressarcimentos de remuneração de empregados cedidos, com ônus para o órgão cessionário, em desacordo com o art. 6º do Decreto nº 4.050/2001. Reincidência.

1.2.3.1

Aumento do número e do valor das horas extras pagas em 2007 em relação a 2006, em descumprimento à determinação contida no item 9.1.2 do Acórdão TCU nº 3.159/2004- Primeira Câmara.

1.3.2.1

Pagamento expressivo de encargos moratórios na liquidação de obrigações.

FALHA(s) MÉDIA(s)

1.2.1.1

Falhas nos registros contábeis, caracterizadas pela inserção de dados incorretos quando da emissão de notas de empenho no SIAFI.

1.3.1.1

Falha em relação à utilização de cartão de pagamento corporativo, no que se refere ao atesto de recebimento de produtos e serviços, em desacordo com o princípio da segregação de funções.

1.3.1.2

Aquisições de materiais mediante o uso de cartão de pagamento corporativo, em desacordo com a política de estoque da Trensurb.

1.3.5.1

Ausência de prestações de contas parciais mensais por parte da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, previstas no Convênio nº 069/2005, e liberação de parcelas do mesmo convênio com saldos pendentes de comprovação.

1.4.2.1

Contratação de empresa para ministrar cursos na área do Direito Administrativo, indevidamente, por meio de dispensa de licitação, com base no inciso II c/c o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8666/93.

2.1.1.1

Falta de evidências da adoção de medidas efetivas para a contenção das reclamatórias trabalhistas, em desacordo com o item 9.1.5 do Acórdão TCU nº 3.159/2004 - 1ª Câmara.

CPF

NOME

CARGO

"Nome e CPF protegidos por Sigilo"

DIR. DE ADM E FINANÇAS

FALHA(s) GRAVE(s)

1.2.2.1

Existência de pendências relativas a ressarcimentos de remuneração de empregados cedidos, com ônus para o órgão cessionário, em desacordo com o art. 6º do Decreto nº 4.050/2001. Reincidência.

1.2.3.1

Aumento do número e do valor das horas extras pagas em 2007

em relação a 2006, em descumprimento à determinação contida no item 9.1.2 do Acórdão TCU nº 3.159/2004 - Primeira Câmara.

1.3.2.1

Pagamento expressivo de encargos moratórios na liquidação de obrigações.

FALHA(s) MÉDIA(s)

1.1.1.1

Falhas no planejamento e programação de licitação a ser realizada acarretando em contratação direta de empresa para prestar os serviços, por dispensa de licitação baseada em critério de emergência.

1.2.1.1

Falhas nos registros contábeis, caracterizadas pela inserção de dados incorretos quando da emissão de notas de empenho no SIAFI.

1.3.1.1

Falha em relação à utilização de cartão de pagamento corporativo, no que se refere ao atesto de recebimento de produtos e serviços, em desacordo com o princípio da segregação de funções.

1.3.1.2

Aquisições de materiais mediante o uso de cartão de pagamento corporativo, em desacordo com a política de estoque da Trensurb.

1.3.3.2

Reincidência de prorrogação irregular de contrato emergencial após 180 dias de vigência, o que é vedado pelo inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

1.3.5.1

Ausência de prestações de contas parciais mensais por parte da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, previstas no Convênio nº 069/2005, e liberação de parcelas do mesmo convênio com saldos pendentes de comprovação.

1.4.2.1

Contratação de empresa para ministrar cursos na área do Direito Administrativo, indevidamente, por meio de dispensa de licitação, com base no inciso II c/c o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8666/93.

2.1.1.1

Falta de evidências da adoção de medidas efetivas para a contenção das reclamatórias trabalhistas, em desacordo com o item 9.1.5 do Acórdão TCU nº 3.159/2004 - 1ª Câmara.

CPF

NOME

CARGO

"Nome e CPF protegidos por Sigilo"

DIRETOR PRESIDENTE

FALHA(s) GRAVE(s)

1.2.3.1

Aumento do número e do valor das horas extras pagas em 2007 em relação a 2006, em descumprimento à determinação contida no item 9.1.2 do Acórdão TCU nº 3.159/2004 - Primeira Câmara.

FALHA(s) MÉDIA(s)

1.3.3.1

Contratação direta por inexigibilidade de licitação em detrimento da realização de procedimento licitatório, tendo em vista a existência de indicativos de viabilidade de competição.

1.3.3.2

Reincidência de prorrogação irregular de contrato emergencial após 180 dias de vigência, o que é vedado pelo inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

1.3.5.1

Ausência de prestações de contas parciais mensais por parte da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, previstas no Convênio nº 069/2005, e liberação de parcelas do mesmo convênio com saldos pendentes de comprovação.

2.1.1.1

Falta de evidências da adoção de medidas efetivas para a contenção das reclamatórias trabalhistas, em desacordo com o item 9.1.5 do Acórdão TCU nº 3.159/2004 - 1ª Câmara.

CPF

NOME

CARGO

"Nome e CPF protegidos por Sigilo"

DIRETOR DE OPERAÇÕES

FALHA(s) GRAVE(s)

1.2.3.1

Aumento do número e do valor das horas extras pagas em 2007 em relação a 2006, em descumprimento à determinação contida no item 9.1.2 do Acórdão TCU nº 3.159/2004 - Primeira Câmara.

CPF

NOME

CARGO

"Nome e CPF protegidos por Sigilo"

DIR. DE ADM E FINANÇAS

FALHA(s) GRAVE(s)

1.2.2.1

Existência de pendências relativas a ressarcimentos de remuneração de empregados cedidos, com ônus para o órgão cessionário, em desacordo com o art. 6º do Decreto nº 4.050/2001. Reincidência.

1.2.3.1

Aumento do número e do valor das horas extras pagas em 2007 em relação a 2006, em descumprimento à determinação contida no item 9.1.2 do Acórdão TCU nº 3.159/2004 - Primeira Câmara.

1.3.2.1

Pagamento expressivo de encargos moratórios na liquidação de obrigações.

FALHA(s) MÉDIA(s)

1.3.1.1

Falha em relação à utilização de cartão de pagamento corporativo, no que se refere ao atesto de recebimento de produtos e serviços, em desacordo com o princípio da segregação de funções.

1.3.1.2

Aquisições de materiais mediante o uso de cartão de pagamento corporativo, em desacordo com a política de estoque da Trensurb.

1.3.3.1

Contratação direta por inexigibilidade de licitação em detrimento da realização de procedimento licitatório, tendo em vista a existência de indicativos de viabilidade de competição.

1.3.3.3

Aquisição direta de móveis, por dispensa de licitação indevida, caracterizando fracionamento de despesas, tendo em vista a similitude dos bens adquiridos e o período de aquisição em comum.

1.3.5.1

Ausência de prestações de contas parciais mensais por parte da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, previstas no Convênio nº 069/2005, e liberação de parcelas do mesmo convênio com saldos pendentes de comprovação.

1.4.2.1

Contratação de empresa para ministrar cursos na área do Direito Administrativo, indevidamente, por meio de dispensa de licitação, com base no inciso II c/c o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8666/93.

2.1.1.1

Falta de evidências da adoção de medidas efetivas para a contenção das reclamações trabalhistas, em desacordo com o item 9.1.5 do Acórdão TCU nº 3.159/2004 - 1ª Câmara.

3.2 REGULAR a gestão dos demais responsáveis tratados no mencionado relatório de auditoria.

Porto Alegre, 13 de junho de 2008.

MAURO RONI LOPES DA COSTA
Chefe da CGU-Regional/RS
SUBSTITUTO



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

RELATÓRIO N° : 208652
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO N° : 00222.000320/2008-11
UNIDADE AUDITADA : TRENSURB
CÓDIGO : 275060
CIDADE : PORTO ALEGRE

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

Em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VIII, art. 14 da IN/TCU/N.º 47/2004 e fundamentado no Relatório, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria, cuja opinião foi pela **REGULARIDADE COM RESSALVAS** da gestão dos responsáveis relacionados no item 3.1 do Certificado de Auditoria e pela **REGULARIDADE** da gestão dos demais responsáveis, referentes ao período de 01/01/2007 a 31/12/2007.

2. As questões objeto de ressalvas foram levadas ao conhecimento dos gestores responsáveis, para manifestação, conforme determina a **Portaria CGU n.º 1950, de 28 de dezembro de 2007, que aprovou a Norma de Execução n.º 05, de 28 de dezembro de 2007**, e estão relacionadas em tópico próprio do Certificado de Auditoria. As manifestações dos Gestores sobre referidas questões constam do Anexo-Demonstrativo das Constatações, do Relatório de Auditoria.

3. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 29 de julho de 2008

WAGNER ROSA DA SILVA
DIRETOR DE AUDITORIA DA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA